

PARECER Nº 139/2026

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Processo:** 6.070/2026

**Autor:** Poder Executivo Municipal

**Assunto:** Projeto de Lei Complementar que: “**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 494, DE 18 DE JANEIRO DE 2021. - MENSAGEM Nº 15/2026**”

**I – RELATÓRIO**

O autor da proposição, **Poder Executivo Municipal**, pretende promover uma **reforma estrutural e procedimental no Conselho Administrativo de Recursos Tributários (CART)**, órgão colegiado de instância administrativa, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda, responsável pelo julgamento de **litígios fiscais entre o Fisco Municipal e os contribuintes**.

A Mensagem do Executivo fundamenta a necessidade da alteração legislativa em cinco pilares estratégicos: **(i) fortalecimento da uniformização jurisprudencial e segurança jurídica; (ii) eficiência operacional e celeridade processual; (iii) modernização e transformação digital; (iv) sustentabilidade financeira e equidade remuneratória; e (v) aperfeiçoamento da estrutura administrativa e regras de mandato.**

A matéria vem instruída com a **Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro e a Declaração do Ordenador de Despesa**, documentos essenciais para a aferição da conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Também possui anexada a **Lei Complementar Municipal nº 494/2021**.

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá, manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa da proposição.



É o relatório. Passa-se à fundamentação.

## **II - EXAME DA MATÉRIA**

### **1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**

Com a vigência da Carta Constitucional o legislador determinou que a organização político-administrativa da República, compreende a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios, garantindo a todos os entes autonomia. Uma dessas autonomias é representada pela faculdade que esses entes possuem para estabelecer regras de seu interesse, por meio de suas próprias leis.

Prevê a **Lei Orgânica do Município de Cuiabá:**

Seção V

#### **Do Processo Legislativo**

Art. 23. O **processo legislativo municipal** compreende a elaboração de:

(...)

#### **II - leis complementares;**

(...)

Art. 25. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, **ao Prefeito** e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, por um mínimo de 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.

(...)

#### **Art. 27 São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:**

**I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, autárquica e fundacional e sua remuneração;**

**II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;**

**III – criação e extinção de Secretarias e órgãos da Administração**



**Pública**; (NR) (Nova redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 011 de 24 de abril de 2003).

**IV - matéria orçamentária e a que autorize abertura de crédito ou conceda auxílio, prêmios e subvenções.** (NR) (Nova redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 011 de 24 de abril de 2003).

Parágrafo único. Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

Ao encaminhar a Mensagem nº 15/2026, o **Prefeito Municipal exerce regularmente sua prerrogativa constitucional de deflagrar o processo legislativo em matéria de organização administrativa e regime de servidores.**

**Inexiste, portanto, vício de iniciativa que macule a propositura na sua origem.**

O projeto inova ao **positivar o Princípio da Eficiência (Art. 37, caput, CF) e a Razoável Duração do Processo (Art. 5º, LXXVIII, CF)** no âmbito administrativo tributário.

A introdução de prazo de 30 dias para voto e a sanção de perda do *jeton* e do mandato por morosidade são medidas de **gestão por resultados**. A doutrina moderna do Direito Administrativo, capitaneada por *Maria Sylvia Zanella Di Pietro*, defende que a estabilidade ou o mandato fixo em órgãos colegiados não pode servir de escudo para a ineficiência.

**A priorização das sessões virtuais encontra amparo na Lei Federal nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital)**, que impõe à administração pública o dever de digitalizar serviços.

O projeto remete à regulamentação técnica posterior a definição das ferramentas, o que é adequado (reserva de administração). Não há inconstitucionalidade na previsão legal de preferência pelo meio virtual, que promove a economicidade e a celeridade.

Em obediência aos **artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, toda criação ou aumento de despesa deve vir acompanhada de estimativa de impacto e declaração de adequação orçamentária.

O Executivo acostou aos autos:



**Estimativa de Impacto:** Aponta um impacto mensal de R\$26.403,44 e anual de R\$290.437,84 para o exercício de 2026.

**Declaração do Ordenador:** O Secretário Municipal de Planejamento e o Ordenador de Despesa firmaram declaração de que há dotação orçamentária suficiente na Ação 2470 (Gestão Tributária) e Fonte 500 (Recursos não Vinculados).

A análise dos dados revela que o impacto financeiro é marginal frente ao orçamento total do município.

Por fim, ressaltamos que o projeto de lei complementar em comento cumpre todos os requisitos formais: **iniciativa; competência para dispor da matéria etc., estando em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e a Lei de Responsabilidade Fiscal.**

**Lembrando que não cabe a esta Comissão qualquer análise de mérito quanto ao conteúdo do projeto de lei.**

## 2. REGIMENTALIDADE.

O projeto cumpre as exigências regimentais.

## 3. REDAÇÃO.

Por estar totalmente de acordo com a Lei Complementar 095/1998, a presente proposta merece prosperar.

## 4. CONCLUSÃO.

**Opinamos pela aprovação, salvo diferente juízo.**

## 5. VOTO.



**VOTO DO RELATOR PELA APROVAÇÃO.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER Nº. 139/2026**

**Processo:** 6.070/2026

**Autor:** Poder Executivo Municipal

**Assunto:** Projeto de Lei Complementar que: “**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 494, DE 18 DE JANEIRO DE 2021. - MENSAGEM Nº 15/2026**”

## **I – RELATÓRIO**

O autor da proposição, **Poder Executivo Municipal**, pretende promover uma **reforma estrutural e procedimental no Conselho Administrativo de Recursos Tributários (CART)**, órgão colegiado de instância administrativa, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda, responsável pelo julgamento de **litígios fiscais entre o Fisco Municipal e os contribuintes**.

A Mensagem do Executivo fundamenta a necessidade da alteração legislativa em cinco pilares estratégicos: **(i) fortalecimento da uniformização jurisprudencial e segurança jurídica; (ii) eficiência operacional e celeridade processual; (iii) modernização e transformação digital; (iv) sustentabilidade financeira e equidade remuneratória; e (v) aperfeiçoamento da estrutura administrativa e regras de mandato.**

A matéria vem instruída com a **Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro e a Declaração do Ordenador de Despesa**, documentos essenciais para a aferição da conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Também possui anexada a **Lei Complementar Municipal nº 494/2021**.

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de



Cuiabá, manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa da proposição.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

## **II - EXAME DA MATÉRIA**

### **1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**

Com a vigência da Carta Constitucional o legislador determinou que a organização político-administrativa da República, compreende a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios, garantindo a todos os entes autonomia. Uma dessas autonomias é representada pela faculdade que esses entes possuem para estabelecer regras de seu interesse, por meio de suas próprias leis.

Prevê a **Lei Orgânica do Município de Cuiabá:**

Seção V

#### **Do Processo Legislativo**

Art. 23. O **processo legislativo municipal** compreende a elaboração de:

(...)

#### **II - leis complementares;**

(...)

Art. 25. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, **ao Prefeito** e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, por um mínimo de 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.

(...)

**Art. 27 São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:**

**I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, autárquica e fundacional e sua remuneração;**

**II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de**



**cargos, estabilidade e aposentadoria;**

**III – criação e extinção de Secretarias e órgãos da Administração Pública;** (NR) (Nova redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 011 de 24 de abril de 2003).

**IV - matéria orçamentária e a que autorize abertura de crédito ou conceda auxílio, prêmios e subvenções.** (NR) (Nova redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 011 de 24 de abril de 2003).

Parágrafo único. Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

Ao encaminhar a Mensagem nº 15/2026, o **Prefeito Municipal exerce regularmente sua prerrogativa constitucional de deflagrar o processo legislativo em matéria de organização administrativa e regime de servidores.**

**Inexiste, portanto, vício de iniciativa que macule a propositura na sua origem.**

O projeto inova ao **positivar o Princípio da Eficiência (Art. 37, caput, CF) e a Razoável Duração do Processo (Art. 5º, LXXVIII, CF)** no âmbito administrativo tributário.

A introdução de prazo de 30 dias para voto e a sanção de perda do *jeton* e do mandato por morosidade são medidas de **gestão por resultados**. A doutrina moderna do Direito Administrativo, capitaneada por *Maria Sylvia Zanella Di Pietro*, defende que a estabilidade ou o mandato fixo em órgãos colegiados não pode servir de escudo para a ineficiência.

**A priorização das sessões virtuais encontra amparo na Lei Federal nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital)**, que impõe à administração pública o dever de digitalizar serviços.

O projeto remete à regulamentação técnica posterior a definição das ferramentas, o que é adequado (reserva de administração). Não há inconstitucionalidade na previsão legal de preferência pelo meio virtual, que promove a economicidade e a celeridade.

Em obediência aos **artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, toda criação ou aumento de despesa deve vir acompanhada de estimativa de impacto e declaração de adequação orçamentária.



O Executivo acostou aos autos:

**Estimativa de Impacto:** Aponta um impacto mensal de R\$26.403,44 e anual de R\$290.437,84 para o exercício de 2026.

**Declaração do Ordenador:** O Secretário Municipal de Planejamento e o Ordenador de Despesa firmaram declaração de que há dotação orçamentária suficiente na Ação 2470 (Gestão Tributária) e Fonte 500 (Recursos não Vinculados).

A análise dos dados revela que o impacto financeiro é marginal frente ao orçamento total do município.

Por fim, ressaltamos que o projeto de lei complementar em comento cumpre todos os requisitos formais: **iniciativa; competência para dispor da matéria etc., estando em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e a Lei de Responsabilidade Fiscal.**

**Lembrando que não cabe a esta Comissão qualquer análise de mérito quanto ao conteúdo do projeto de lei.**

## 2. REGIMENTALIDADE.

O projeto cumpre as exigências regimentais.

## 3. REDAÇÃO.

Por estar totalmente de acordo com a Lei Complementar 095/1998, a presente proposta merece prosperar.

## 4. CONCLUSÃO.

**Opinamos pela aprovação, salvo diferente juízo.**





5. VOTO.

**VOTO DO RELATOR PELA APROVAÇÃO.**

Cuiabá-MT, 12 de fevereiro de 2026

